

Sentido e Linguagem a partir de uma abordagem pós-estruturalista da Teoria do Discurso

Meaning and Language based on a poststructuralist approach to Discourse Theory

George Souza de Melo
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Resumo

Este artigo desenvolve especificamente uma discussão sobre como, a partir da Teoria do Discurso, elaborada inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, podemos articular as noções de sentido e linguagem como instituintes do real pelo discurso. Para isso, através de duas seções desenvolvemos uma argumentação que considera a realidade como sendo sempre mediada pela linguagem e também enfatizamos como a categoria do discurso é compreendida como um espaço privilegiado no qual os processos de significação desta mesma realidade acontecem. Essa abordagem se insere num quadro teórico, por vezes, heteróclito, que aproxima contribuições filosóficas consideradas, de maneira geral, como pós-estruturalistas e pós-fundacionalistas, nos provocando a pensar que, na impossibilidade de ser um pensamento fundamental, a Filosofia se torna um pensamento intrinsecamente político.

Palavras-chave: teoria do discurso; pós-estruturalismo; Laclau; Mouffe.

Abstract

This paper specifically develops a discussion on how, based on the Discourse Theory, initially developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, we can articulate the notions of meaning and language as instituting the real through discourse. For this, through two sections we develop an argument that considers reality as always being mediated by language and we also emphasize how the category of discourse is understood as a privileged space in which the processes of meaning of this same reality take place. This approach is part of a sometimes heteroclite theoretical framework, which approximates philosophical contributions considered, in general, as poststructuralists and postfoundationalists, provoking us to think that, in the impossibility of being a fundamental thought, philosophy becomes an intrinsically political thought.

Keyword: discourse theory; poststructuralism; Laclau; Mouffe.

Informações do artigo

Submetido em 31/03/2023
Aprovado em 04/12/2023
Publicado em 15/01/2024.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n1.p05-17>



Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons CC BY 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

MELO, George Souza de. Sentido e Linguagem a partir de uma abordagem pós-estruturalista da Teoria do Discurso. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 1, p. 05-17, jan./abr. 2024.

1 INTRODUÇÃO¹

Nosso ponto de partida aqui é a relação entre as noções de sentido e de linguagem que, imbricadas através da noção pós-estruturalista do discurso nos ajudam a pensar a “política como ontologia do social” (Burity, 2014b, p. 59). Essa concepção discursiva da realidade provavelmente é um dos mais assertivos aportes, se não o maior, que abordagens pós-estruturalistas oferecem às ciências humanas e sociais, contribuindo para a qualificação do debate a partir de uma tomada das coisas como sempre mediadas pela dimensão simbólica que se constrói através das relações de poder que perfazem a tessitura do social.

Essa compreensão é possível porque lançamos mão de como a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) explora a sua própria categoria central a partir de uma dupla proveniência sua, qual seja: “o sentido como uso social da linguagem e o sentido como um sistema de regras de articulação entre os elementos que são distintos, diferentes” (Burity, 2014b, p. 64). Com isso, contribui-se para que a categoria do discurso seja deslocada a uma centralidade analítica tal para as ciências humanas e sociais (e a filosofia política) que uma possível ontologia dos fenômenos reais deva passar necessariamente pela consideração das condições de possibilidade das produções de sentido em jogo na sociabilidade. Ou seja, qualquer evento real que seja, em termos de positivação ontológica, jamais poderá ser referido/considerado se, desde sempre, simultaneamente e, até mesmo antes de termos tido contato com ele, não tiver sido atravessado por uma discursividade.

Desse modo, este texto é elaborado fundamentalmente em duas seções que abordam essa consideração da realidade atravessada pela mediação linguística, assim como também procura apresentar de que modo, no território político do discurso, os sentidos vão sendo negociados através dos jogos de significação do mundo, gerando a partir disso efeitos de positivação da realidade – inclusive da realidade dos próprios sujeitos em si. Com esta atividade de pensamento filosófico, pretendemos estender a divulgação dessa “sofisticada

¹ Este texto é feito a partir de reflexões contidas parcialmente em dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. À época, a pesquisa foi financiada pelo CNPq. O presente trabalho faz parte do desdobramento dessas reflexões, em nível de doutorado, e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

arquitetura teórica” (Martinez, 2019, p. 19) que é a teoria laclauiana, em convergência modesta com a contribuição relevante que Almeida (2022) apresentou neste mesmo periódico.

2 A LINGUAGEM FUNDAMENTANDO PROVISORIAMENTE A REALIDADE

Diferentemente do realismo filosófico que postula a concepção de uma realidade existente fora da produção subjetiva – que não depende necessariamente de um pensamento que a formule, ou mesmo uma outra dimensão que se refere justamente à produção de sentido que se faz diante da realidade objetiva que se lhe apresenta constantemente, a posição pós-estruturalista avança na consideração do caráter constitutivo que a própria significação tem com relação ao social. De modo que, a partir disso, assumimos a incapacidade de uma relação com a realidade que não esteja, desde sempre, mediada simbolicamente – isto é, pelo sentido.

Isso porque, impulsionado pela concepção saussuriana da linguagem, o pós-estruturalismo a compreende como em movimento constante, a partir do qual os signos que nela se relacionam o fazem não de forma referencial, ou seja, através de uma relação de correspondência, mas num modo reflexivo (Peters, 2000). Tal relação reflexiva dos signos na linguagem deve se dar, portanto, sempre num plano diferencial em que toda articulação de sentido é provisoriamente possível. Isso porque, não havendo referencialidade que os ligue necessariamente sob um regime de identidade total, os signos agem entre si sempre a partir da diferença que eles mesmos produzem quando, por alguma razão demandante, são postos em relação. De modo que podemos compreender que, de acordo com uma perspectiva como essa, a linguagem “já não é concebida como um vínculo neutro e transparente de representação da realidade, mas como parte integrante e fundamental de sua própria constituição” (Tedeschi; Pavan, 2017, p. 782). É ela, então, totalmente implicada com a positivação da realidade, desprovida de fundamentos que a sustente como sobre colunas firmes e últimas a partir das quais se possa realizar um quadro translúcido do que fora supostamente *ex-sistere*.

O conceito, assim, não descreve o real (e essa é uma discussão bastante cara à filosofia). Pelo contrário, os conceitos e/ou significantes

linguísticos estão sempre abertos numa perspectiva de preenchimento desse vazio normativo (Lopes, 2017) de acordo com as disputas de sentido que positivarão provisoriamente aquilo sobre o que se destinam a identificar. De modo que o que se pode atestar de maneira mais assertiva com relação a essa nova compreensão da constituição linguagem-sentido-realidade é a provisoriedade. Essa é a condição que mais podemos dar como certa a partir desse panorama contemporâneo do pensamento que, aliás, se afasta diametralmente das tradições filosóficas para as quais a certeza dos fundamentos últimos do pensamento era o objeto central do desenvolvimento reflexivo. É o que se identifica como pós-fundacionalismo, responsável, inclusive, por uma problemática contemporânea na filosofia que reedita a já conhecida preocupação de utilidade do campo filosófico, só que agora num panorama em que já não é possível considerar a metafísica dos fundamentos últimos, desmontando radicalmente as apostas na ontologia clássica de compreensão essencial de tudo, e passando a aproximar o pensamento cada vez mais do seu caráter intrinsecamente aberto, provisório e político, próximo daquilo que Vattimo (2016) costuma propor como “ontologia da atualidade”, ou mesmo que na teoria laclauiana encontramos como ontologia política do social.

Ademais, vale pontuar também que esse afastamento de uma ontologia clássica através da compreensão do sentido como constitutivo da realidade também opera uma negação do pensamento que postula esse sentido como fruto de uma produção intencional de um sujeito pensante. O sentido, aqui, não é propriedade subjetivista do *para-si* que se pensa e é capaz de refletir sobre o *si* de tudo o que existe, como, por exemplo, o existencialismo sartriano é capaz de apresentar. Para aquela perspectiva filosófica, as categorias ontológicas do ser-em-si e ser-para-si existem numa relação de exterioridade a partir da qual o ser-para-si (abertura; o existente humano que reflete sobre si) é capaz de capturar o ser-em-si (a realidade que já é) pela imaginação na intenção de usurpar-lhe algum conteúdo objetual, já que é ele mesmo um “ponto de vista insubstancial sobre o mundo” (Perdigão, 1995, p. 46). Aqui não. Como já dissemos, por essa perspectiva pós-estrutural, não se considera a possibilidade de uma bidimensionalidade do real pela qual se possa construir relações de referencialidade e a produção de sentido sempre se dá a partir de negociações e disputas sociais por significação, sobre as quais discorreremos na próxima

seção. Além disso, sempre acontecem sob condições específicas de linguagem que, de algum modo, foram sendo articuladas socialmente, constituindo normas sob as quais se pode dizer o que se diz e/ou até mesmo demandar um outro tipo de identidade normativa. Sobretudo porque sempre são articulados através de jogos de linguagem, como diria Wittgenstein (2009)², cujas regras contingencialmente definidas oportunizam os graus de inteligibilidade social que atravessam a realidade social.

Essa (onto)lógica do social é também o que, inclusive, dá condições para a própria possibilidade do *si* mesmo dos sujeitos em questão. Ou seja, é também dentro dessa mesma operação de significação que as subjetividades são (re)constituídas de maneira contínua e provisória. Dessa forma, vale enfatizar, o sujeito constituído pelas/nas disputas normativas é sempre uma subjetivação ilusória, meramente plástica e fundamentalmente precária. É resultado de um movimento de regulação por dupla direcionalidade em que há tanto a assunção subjetiva quanto uma certa submissão aos mecanismos de poder que interpelam constantemente esse *si* mesmo. Não há, portanto, uma determinação unilateral do que venha a ser o sujeito – “nem da parte de uma estrutura normativa e social que supostamente o produz de um determinado modo, nem do personalismo de uma autonomia ontológica por parte de um sujeito essencial e a-histórico que produz tudo por sua agência” (Melo; Oliveira, 2020, p. 7).

A assunção subjetiva só é possível, então, sob um paradoxo que perpassa as próprias situações de sujeição que desenham as relações. Só acontece no *entre* das ações de poder que, ao mesmo tempo que normatiza, sofre também resistência do que certamente não se deixa normatizar de maneira total, sob o custo de sua própria anulação final. É basicamente nessa disputa política de subjetivação que Butler (2017) identifica o que ela chama de “inauguração topológica do sujeito”. Ou seja, um território incerto em que toda

² Horácio L. Martinez (2019) desenvolve uma investigação que evidencia o quanto o texto basilar de Laclau e Mouffe (2015) é influenciado teoricamente, sobretudo, pela obra tardia de Wittgenstein devido “a que aporta pluralidade e contingência regrada na linguagem cotidiana” (MARTINEZ, 2019, p. 21). O próprio Laclau (2007) confirma a aproximação da teoria do discurso com a noção de “jogos de linguagem”. Segundo Manfredo A. de Oliveira (1989, p. 97), o que o filósofo austríaco, influente sobremaneira na virada linguística do século XX, “pretende trazer de novo à especulação sobre a linguagem humana é expresso através do conceito de *jogo de linguagem*, concebido como a unidade entre o uso da língua, a práxis e a interpretação de uma situação, ou seja, numa palavra, como *forma de vida*”. Assim, a linguagem só pode ser concebida no âmbito das relações interpessoais, da possibilidade de comunicação intersubjetiva e práxis humana.

suposição ontológica do sujeito é sempre colocada em questão. Tal pensamento me parece muito próximo da condição de emergência do sujeito que o próprio Laclau (2016, p. 89) apresenta quando diz que o sujeito não pode ser “subsumido sob nenhum determinismo estrutural, não porque seja uma substância em si mesma, mas porque a determinação estrutural não conseguiu ser seu próprio fundamento, e tem que ser suplementada por intervenções contingentes”. Jogando, mais uma vez, para a disputa política por significação a condição subjetiva.

3 DISCURSO, SENTIDO E A NOSSA RELAÇÃO COM A REALIDADE

Percebe-se, então, a partir da seção anterior que, de acordo com a abordagem que trabalhamos, não é possível considerar que a realidade, o mundo, a sociabilidade, o sujeito, enfim, qualquer coisa que se positive como real não esteja já enredada pelo fio da linguagem que perpassa a todos nós. A organização/produção da vida tem na linguagem uma força constitutiva que cria uma perspectiva particular de todas as coisas (Richardson; Pierre, 2017). Assim, realidades sociais e subjetivas são vinculadas pelo mesmo processo de constituição a partir das significações que são dadas, num esforço contínuo de dar sentido aos relatos que se produzem acerca delas. Tudo está, desse modo, numa relação de dependência fundamental de uma discursividade que, como lembra Butler (2017), nunca escolhemos e que também inicia e sustenta nossa ação.

“Dar sentido”, aqui, tem centralidade no que supomos. Isso porque, acompanhando essa perspectiva pós-estruturalista, entendemos que discurso é um sistema de regras de produção de sentido e, também, uma unidade de significação (Burity, 2010, 2014a, 2014b; Laclau, 2007), que tanto ajuda a entender como as ações políticas e sociais funcionam como também constituem a própria realidade das coisas. Assim, “não há sentido na coisa em si, na materialidade; ele depende da inserção dessa materialidade em sistemas de classificação e em jogos de linguagem” (Lopes; Macedo, 2011, p. 202). O sentido, assim, existe a partir dos significados que são produzidos constantemente pelo esforço de se dizer algo sobre o real. Isso não quer dizer que a enunciação é um reflexo do real, como afirmado anteriormente. Ao

contrário, significa que quando digo “sobre o real”, estou querendo evidenciar que seu sentido está sempre imbricado em jogos de linguagem cujo funcionamento social representam a única possibilidade normativa para que ele – esse real – seja definido e possível de alguma forma.

Na verdade, mais uma vez, e de modo mais detalhado, o que essa abordagem evidencia é que não há, efetivamente, uma separação entre discurso e realidade. Toda e qualquer realidade é sempre discursiva; só pode ser entendida a partir da significação. Assim, por mais que existam, efetivamente, materialidades que nos atingem na vida, como quando esbarramos numa parede e/ou tocamos o nosso corpo, por exemplo, nada sobre elas podemos dizer e/ou simplesmente pensar para atribuir-lhes sentido se não estivermos desde sempre inserindo/produzindo esses fenômenos dentro de um sistema de linguagem específico. E disso não podemos escapar. Isso é que faz com que entendamos que não há correspondência entre o conhecimento e o mundo real, pois um está inteiramente imbricado na constituição do outro e essa aparente separação que fazemos entre um e outro nada mais é do que um recurso da linguagem utilizado justamente para forjar a existência particular de elementos que, desde sempre, só existem de forma articulada. Uma perspectiva dessa, como se pode notar, tem implicação direta, inclusive, no nosso modo de produzir conhecimento, de entender/classificar os “fenômenos” que serão “objeto” de nossas teorias filosóficas e científicas, principalmente, porque “nos leva a pensar que o conhecimento não é a manifestação de uma essência anterior – originária de princípios metafísicos –, mas o resultado da ação criativa e inventiva do ser humano em constante luta por imposição de sentido” (Tedeschl; Pavan, 2017, p. 781).

A produção de “realidade”³ e “discurso” (ou “mundo” e “conhecimento” e/ou qualquer outro binômio que satisfaça essa relação) como elementos particulares serve somente para que eu possa falar algo sobre eles, que seja mais identificável fora da articulação necessária que os perpassa. Ou seja, é uma ficção estratégica que produzimos para que a pesquisa/análise/referência

³ O uso de aspas, quando não para demarcar citações diretas no decorrer do texto, é utilizado aqui num sentido alinhado ao que diz Butler (1998, p. 28): “as aspas mostram que eles [os termos] estão sob crítica, disponíveis para iniciar a disputa, questionar sua disposição tradicional, e pedir por algum outro termo”.

seja possível. E isso não só se optamos por uma abordagem como essa. A diferença é que, por tal perspectiva, assumimos também o esforço de deixar mantida a noção de que a suposta ontologia dos nossos “objetos” de pesquisa se faz justamente no emaranhado que relaciona as precariedades da ideia de mundo e conhecimento (como entidades ônticas exclusivas) e da ideia de mundoconhecimento (como uma única coisa só). Assim, ao realizarmos nosso trabalho de investigação, passamos a ficcionar separações táticas que nos dão conta de olhar para fatores e questões específicas, ao mesmo tempo, em que permanece zumbindo sempre ao nosso lado a ciência de que não há desde sempre essas separações e que isso também é importante para se dizer algo sobre aquilo que pesquisamos.

Dizer e escrever é, por essa posição filosófica, produzir/conhecer o mundo. Ou seja, narrar a vida é ir além de um tratamento referencial das coisas pela linguagem – é produzir elas mesmas. Assim, contar algo sobre alguma coisa e/ou vivência não é uma operação da linguagem buscando no seu rol de referências simbólicas aquela noção que melhor se relacione com o algo de um “mundo externo” em exploração. É, antes disso, a produção das condições com as quais se pode dizer algo sobre qualquer coisa, sendo essa mesma coisa somente possível também através desse ato da linguagem. Isso ultrapassa os limites da referência e/ou representação, e deixa claro o quanto a produção e nomeação das coisas estão amalgamadas num mesmo e único ato de significação de efetivar a linguagem.

Por essa perspectiva, as noções de totalidade e particularidade são deslocadas para uma compreensão de que tudo o que se pode dizer sobre algo está completamente circunscrito nos limites da significação que podemos produzir sobre qualquer coisa. Que não adianta postular a existência de algo para além dessa tomada e produção linguística, já que a própria constituição ontológica de tudo somente se efetiva por essa produção. Assim, a totalidade está sempre localizada na significação contingente e precária das coisas. E, por essa razão, nossas negociações de sentido (e, particularmente para nós investigadores/as, filósofos/as: nossas investigações e pesquisas) ganham uma relevante importância na produção e no conhecimento de “tudo”, já que passamos a entender que não se pode “dizer” sobre tudo, ou melhor, que o

“tudo” com o qual dizemos, escrevemos e narramos nossas investigações é, na verdade, tudo aquilo que conseguimos e fomos mobilizados a significar.

Essa profunda relação entre discursividade e significação é indispensável para a constituição de subjetividades, do caráter intrinsecamente político do pensamento contemporâneo e das ciências sociais. Principalmente porque a abordagem pós-estruturalista acaba sugerindo-nos uma posição com relação a tudo que preferencialmente: “primeiro, nos leva a compreendermo-nos de modo reflexivo como pessoas que escrevemos a partir de posturas particulares em momentos específicos. Segundo, nos livra de tratar de escrever um só texto no qual se diz tudo a todos de uma só vez” (Richardson; Pierre, 2017, p. 130). Entendendo “texto” aqui em consonância com a noção derridiana que também destitui o caráter essencializado e naturalizado da linguagem, podemos conjecturar que a escrita – um dentre os tantos modos de efetivar a linguagem, mas particularmente caro a nós, filósofos/as, e à nossa relação com o mundo – é também um instrumento significativo de mover essa operação ontológica política do real, contínua e despossuída por completo, através da produção de “uma marca que constituirá uma espécie de máquina por sua vez produtiva, que a minha desapareição futura não impedirá de funcionar e de dar, de se dar a ler e a reescrever” (Derrida, 1991, p. 357).

Desse modo, o discurso ou a discursividade podem ser entendidos como o território na linguagem que reúne as diversas relações de poder que se exprimem de diversas formas, como, por exemplo, a escrita, entendidas sobretudo como componentes da produção dos sentidos de mundo. E como um território em constante (re)formulação, o discurso é também campo de diferentes posições, por vezes, conflitivas em torno da produção de sentidos. Pois tudo o que o compõe, como as ações e as palavras, as estratégias conscientes e inconscientes são parte inseparável da ontologia social de tudo (Burity, 2014b). Assim sendo, os “fenômenos” que geralmente são o alvo de nossos pensamentos filosóficos são produzidos a partir dos significados que são articulados pelas experiências de articulação discursiva na sociabilidade.

“Acessar” e/ou “tomar” algo é, portanto, articular linguisticamente determinadas vivências particulares e comuns de modo a fazer com que sejam legíveis num determinado campo de inteligibilidade social constituído. É mobilizar o aqui-lá-passado-presente-devir de tudo. É produzir o espaço-tempo

pela linguagem, instalando-o precariamente no discurso para que algo faça sentido. É, pois, torná-lo comunicável, compreensível a partir de algum sentido que lhe foi conferido. Por essa razão, Burity (2014b p. 62) enfatiza que o sentido é “co-constitutivo da realidade social, de modo que se pode dizer, sem qualquer postura idealista, que não há nenhuma realidade social sem (o) sentido”. Os fenômenos, assim, não são algo a ser desvelado ou que simplesmente aparecem à nossa vista de pesquisador/a. Eles vão sendo determinados de acordo com o jogo de articulações de significado que vai sendo produzido socialmente⁴.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos apresentar de maneira sintética um alinhavo teórico filosófico que procure dar conta de trabalhar com as noções de sentido e linguagem a partir de uma abordagem pós-estruturalista. Tal perspectiva encontra na discursividade uma chave de compreensão sobre a constituição do social através das disputas políticas com relação a tudo, inclusive o próprio sujeito. Por esse caminho, fez-se necessário enfatizarmos a compreensão dos fundamentos conceituais e “ontológicos” de tudo o que é positivado como real como sendo sempre precários e provisórios, o que desafia diretamente o campo da filosofia, muitas vezes erigido sob a crença da essencialidade de tais fundamentos e conceitos, assim como encontramos na metafísica clássica difundida por tradições variadas.

⁴ Aqui, vale ressaltar que essa noção de fenômeno também se distancia do que é postulado numa teoria do fenômeno tal como apresentada por Sartre (2014) que, relacionando-a à Fenomenologia de Husserl ou Heidegger, a define a partir da máxima de que “o ser de um existente é exatamente o que o existente aparenta” (p. 16). Segundo essa compreensão, o dualismo do ser e do aparecer desaparece, porém, para que o aparecimento ocorra: primeiro, pressupõe-se a existência de um “quem” que mira esse objeto; e segundo, mantém-se a ideia de que, “o que aparece, é somente um aspecto desse objeto, e o objeto acha-se totalmente neste aspecto e totalmente fora dele” (*ibidem*, p. 18). E sobre esses pontos, a noção de fenômeno que trago para este trabalho se difere radicalmente: primeiro, porque não há um “quem” e/ou um “alguém” que esteja fora e/ou anterior ao fenômeno para o perceber (assim como discorremos um pouco na seção anterior sobre o processo de subjetivação); segundo, porque entendo que, naquela que seria a mirada fenomenológica acerca do objeto, está toda a produção do ser daquele objeto. Assim, não há nenhuma série incognoscível de aspectos que esteja fora do objeto. O “tudo” já está ali no processo de significação, inclusive, também, a própria constituição subjetiva.

Percebemos, com isso, que, mais do que simplesmente uma opção teórica particular, se utilizar dos aportes do pós-estruturalismo e, mais especialmente, da Teoria do Discurso é, sobretudo, assumir uma posição filosófica que radicalmente nos leva a implicarmo-nos diretamente com a complexidade das relações de poder que constituem tudo o que pode ser passível de reflexão e articulação de pensamento. Para além de permanecermos fixados numa posição que supostamente olha o elemento sobre que se pensa – como numa exterioridade confortável ao sujeito pensante que, inclusive pode até desejar se ocultar por essa ficção topológica – somos desafiados, por esse tipo de abordagem, a enveredarmo-nos pelo emaranhado discursivo que (im)possibilita as condições de positivação dessas entidades normativas do real (inclusive, considerando dentre elas, nós mesmos).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo Monteiro Crespo de. Discurso e ontologia política: uma análise de alguns pressupostos da teoria política de Ernesto Laclau. **Ágora Filosófica**, Recife, v. 22, n. 1, p. 152-175, jan./abr. 2022.

BURITY, Joanildo. Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. **Revista Teias**, v. 11, n. 22, p. 07-29, maio/ago. 2010.

BURITY, Joanildo. Discurso, descolonização do saber e diversidade étnica e religiosa na educação. **Espaço do Currículo**, v. 7, n. 2, p.119-218, maio/ago. 2014a.

BURITY, Joanildo A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. *In*: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. (org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014b. p. 59-74.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991.

LACLAU, Ernesto. Discourse. *In*: GOODIN, Robert A.; PHILIP, Pettit. (org.). **A companion to contemporary political philosophy**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2007. p. 541-547.

LACLAU, Ernesto. Desconstrução, pragmatismo e hegemonia. *In*: MOUFFE, Chantal. (org). **Desconstrução e pragmatismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77-106.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice C. Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. *In*: MENDONÇA, Daniel de.; RODRIGUES, Léo; LINHARES, Bianca. (org.). **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017.

MARTINEZ, Horácio L. Democracia radical plural e persuasão: o lugar da filosofia de Wittgenstein na teoria do discurso de Essex. *In*: BRITO, Evandro O. de.; SPICA, Marciano A. (org.). **Filosofia social e fundamentação da ação moral**. 1. ed. Guarapuava: Apolodoro Virtual Edições, 2019. p. 19-38.

MELO, G. S. de.; OLIVEIRA, A. L. M. de. Quando o currículo se torna passarela para a diferença. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e75681, 2020.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **A filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Loyola. 1989.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência e liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RICHARDSON, Laurel; PIERRE, Elizabeth A. St. La escritura: um método de investigación. *In*: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **Manual de investigación cualitativa**. v. 5. Barcelona-ESP: Editorial Gedisa, 2017. p. 128-163.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEDESCHI, Sirley L.; PAVAN, Ruth. A produção do conhecimento em educação: o Pós-estruturalismo como potência epistemológica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 772-787, set./dez. 2017.

VATTIMO, Gianni. **Adeus à verdade**. Tradução: João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução: Marcos G. Montagnolli. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DADOS DO AUTOR

George Souza de Melo

Possui Bacharelado e Licenciatura Plena em Filosofia e Segunda Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Doutorando e Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Compõe a equipe de pesquisadores/as do projeto de pesquisa (UFPE/PROPESQI) "Políticas curriculares de gênero e sexualidade no Brasil: lutas hegemônicas, articulações e produção de sentidos" e do projeto de pesquisa (CNPq/MCTI n 10/2023) "Fantasias educacionais, hegemonia e dinâmicas de subjetivação no campo curricular". E-mail: georgethemelo@gmail.com